

NILZO IVO LADWIG
JULIANA DEBIASI MENEGASSO
(Organizadores)

ÁREAS PROTEGIDAS E TURISMO

Atena
Editora
Ano 2022



NILZO IVO LADWIG
JULIANA DEBIASI MENEGASSO
(Organizadores)

ÁREAS PROTEGIDAS E TURISMO

Atena
Editora
Ano 2022



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

Léo Matei Baschiroto

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Nilzo Ivo Ladwig
Juliana Debiasi Menegasso

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A678 Áreas protegidas e turismo / Organizadores Nilzo Ivo Ladwig, Juliana Debiasi Menegasso. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0313-5

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.135221307>

1. Proteção ambiental. 2. Turismo. I. Ladwig, Nilzo Ivo (Organizador). II. Menegasso, Juliana Debiasi (Organizadora). III. Título.

CDD 333.714

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



PREFÁCIO

Natureza e sociedade; áreas protegidas e seus valores

Por que precisamos da natureza?

Pelo paradigma dos parques nacionais, desde aproximadamente há um século e meio, a visitação era praticamente tão importante quanto a conservação. Era a sociedade que se urbanizava e sentia falta da interação com a natureza. No início desse modelo, embora se apreciasse a importância e a riqueza da fauna e da flora, não estava estabelecido o uso do conceito de biodiversidade. A paisagem, cênica, era um indicativo fundamental da importância da área a ser conservada. Ainda mais que, por trás do conceito de parques nacionais, vinham os interesses de demarcação e domínio, particularmente nos países das 'novas Europas', em consolidação territorial.

Hoje entendemos que há múltiplos benefícios oferecidos pela natureza conservada, como mostrado pela organização conceitual dos serviços dos ecossistemas, pela Avaliação do Milênio sobre Ecossistemas (no início deste século), e pelo conceito atual de soluções baseadas na natureza. Ainda que com fortes relações com os esforços para minimização e enfrentamento às mudanças climáticas, essas soluções são aplicáveis muito mais amplamente. E geralmente são mais apropriadas do que aquelas somente baseadas em obras, engenharia e tecnologias distantes dos processos ecológicos. As soluções baseadas na natureza tendem a ser mais adaptáveis, eficazes, baratas e podem oferecer resultados mais rápidos.

A biodiversidade e os processos ecológicos, em suas concepções mais atuais, se agregam a vários outros valores da natureza conservada, como proteção de águas, paisagens, reservas de recursos naturais e uma gama de valores culturais. De fato, se a degradação da natureza é produto dos modelos de desenvolvimento adotados pela humanidade, parece claro que houve uma ruptura conceitual, mais marcante, entre natureza e sociedade, pela Revolução Industrial. Com isso, tendemos a dissociar elementos que são intrinsecamente associados e adotamos a perspectiva equivocada de que a tecnologia humana poderia resolver qualquer problema, sozinha.

Cada vez fica mais claro que a natureza conservada é fundamental para o bem-estar humano (psicológico e físico, se for possível separar). Desde as paisagens mais agradáveis, a promoção da 'respiração' das cidades e o estímulo a atividades ao ar livre e à socialização, até a pesquisa, o conhecimento e a educação, o lazer e as funções de minimização de danos de desastres (que alguns ainda chamam de 'naturais'), passando pelo uso sustentável por comunidades tradicionais, entre tantas outras razões.

Mas não devemos desconsiderar os valores culturais, inclusive místicos. Ainda que existam passagens sobre o domínio da humanidade sobre a natureza, nos conceitos,

nos textos ou na tradição oral de crenças e religiões, em praticamente todas elas existem também a relação entre elementos naturais e divindades e a responsabilidade de cuidar da natureza, por muitos considerada 'obra de deus'. As histórias dos lugares (locais com relações culturais e eventualmente emocionais) estão impregnadas de valores culturais dos elementos naturais. O próprio conceito de paisagem, em muitas perspectivas, implica na relação entre pessoas e o meio.

Essas relações voltaram a aflorar com o novo paradigma das áreas protegidas, declarado como reconhecido ao redor de 2003, e a recuperação da história das áreas protegidas prévia ao modelo dos parques nacionais. A própria ciência e os esforços de conservação são produtos da matriz cultural de cada uma das sociedades (ou 'civilizações', segundo alguns).

Isso sem mencionar as perspectivas que reconhecem os direitos da própria natureza. É interessante observar, pelo indicador das recentes constituições nacionais (documentos legais maiores) de países da América do Sul (Brasil, Colômbia, Equador, Bolívia e agora o processo no Chile), como a relação com a natureza vem ganhando melhor espaço, em associação com a melhoria do reconhecimento de direitos sociais, inclusive ao 'bem-viver'.

Por que precisamos das áreas protegidas?

Se a destruição da natureza é fruto de processos sociais, igualmente o são os esforços para a sua conservação. Ainda que possamos concordar com a dificuldade de entender ou aceitar uma sociedade que precisa 'cercar' (ou delimitar) uma área natural para protegê-la de si mesma, devemos admitir que, num mundo em geral não sustentável, as áreas protegidas (no seu conceito internacional, similar à definição legal de unidades de conservação no Brasil) tem funções fundamentais. Elas são o principal mecanismo já inventado pela humanidade para a conservação da natureza e sua biodiversidade, incluindo valores culturais associados. Mas, como ficou claro no modelo dos parques nacionais, são também um dos melhores instrumentos para permitir ou promover o acesso da sociedade aos benefícios da natureza conservada.

Com a evolução dos conceitos e das práticas associados à governança e à gestão das áreas protegidas, as possibilidades e propósitos da sua visita se ampliaram e se diversificaram. Nessas relações entre sociedade e natureza, viabilizada pelas áreas protegidas, os motivos e interesses são múltiplos. A própria sociedade é cada vez melhor reconhecida nas suas diversidades. E cada lugar, cada área protegida, deve ter uma visita associada às suas condições e particularidades.

Como em todas as atividades humanas, o turismo pode trazer benefícios, mas traz também riscos potenciais. Uma das vantagens claras das áreas protegidas é promover o desenvolvimento local ou regional, sobretudo considerando os potenciais do turismo. Não obstante, se a visita atual nas áreas protegidas deve considerar a multiplicidade de interesses e a diversidade de oportunidades, o turismo deve ter fortes relações com

os lugares. O desenvolvimento a partir do turismo de natureza deve ser sustentável e particularizado. Cada visita deve propiciar experiências diferentes, talvez complementares, eventualmente progressivas, mas específicas. É a associação entre natureza e história e valores culturais. Promover o desenvolvimento a partir das características da sociedade local e respeitar os direitos dos povos e comunidades tradicionais.

Hoje se reconhece melhor a diversidade própria das unidades de conservação, assim como outros tipos de áreas protegidas e conservadas. A própria Convenção sobre a Diversidade Biológica estimula considerar a importância e a integrar outros mecanismos espaciais eficazes de conservação (ou áreas conservadas) em sistemas, articulados com os sistemas de unidades de conservação. Praticamente em todas as categorias de gestão (principalmente em relação a conjuntos de objetivos) e tipos de governança (principalmente em relação ao protagonismo de diferentes atores sociais) de unidades de conservação podem receber visitação, ainda que cada um com características e limitações próprias. O mesmo potencialmente ocorre com outros tipos de áreas protegidas e conservadas.

O conceito de território é diversificado segundo as disciplinas, mas traz em si algo de domínio sobre um espaço e seus elementos. A própria Constituição Brasileira de 1988 determina a definição de espaços territoriais especialmente protegidos em todas as unidades da federação e define a defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado como responsabilidade do poder público e da sociedade. (Ou seja, não o define com características discricionárias, mas como um 'poder-dever' de todos, inclusive de todas as instâncias governamentais, nos três poderes, nos três níveis, na medida da defesa da qualidade ambiental.) Com os tipos de governança de áreas protegidas e conservadas e com o melhor reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, temos o fortalecimento do seu direito aos seus territórios.

Assim, áreas protegidas, paisagens, territórios e bem-estar estão intrinsecamente relacionados.

Que desafios se nos apresentam?

Se o direito à qualidade ambiental, à natureza conservada e ao acesso aos seus benefícios são direitos cada vez mais fortemente reconhecidos como de todos, parte dos direitos humanos fundamentais, e se muitos reconhecem os direitos da própria natureza, cabe à governança e à gestão das áreas protegidas, sobretudo em seus sistemas e outros conjuntos, promover a sua adequada distribuição, servir para promover a equidade, contribuir para a redução das desigualdades de todos os tipos.

Se é fundamental para a biodiversidade e para a minimização das mudanças climáticas, entre outras razões, a manutenção de grandes áreas conservadas, bem conectadas e integradas em suas (sub)regiões, é cada vez mais importante, para uma parcela cada vez maior da sociedade, a presença de diferentes tipos de áreas protegidas em cidades, em zonas periurbanas ou próximo a elas. Destacam-se funções de lazer, de

qualidade da vida urbana, da promoção da saúde e do bem-estar e do enfrentamento às mudanças climáticas.

Precisamos de verdadeiros sistemas e subsistemas de unidades de conservação, efetivamente funcionais (como queremos ter para a saúde, para a educação, para os transportes etc.) e seu relacionamento com outros tipos de áreas protegidas e conservadas. As categorias de gestão e os tipos de governança de áreas protegidas devem ser entendidos como complementares, com resultados alcançados por sua sinergia. A boa governança, a equidade com distribuição local de benefícios, as equipes especializadas e dedicadas e os recursos econômicos regulares são indispensáveis para uma boa gestão dos conjuntos de áreas protegidas.

Um dos principais equívocos na gestão das áreas protegidas é promover o afastamento, a desconexão da sociedade. Todas as soluções, desde o bem-estar humano até a eficácia dos sistemas de áreas protegidas, dependem da reconexão da sociedade com a natureza e sua valorização. Precisamos de uma conservação colaborativa.

PAISAGEM E TERRITÓRIO EM ÁREAS PROTEGIDAS E NO TURISMO

A compreensão do contexto dos nossos parques nacionais, os conflitos gerados pela conservação, que podem normais ou exacerbados pela má governança, mas que devem ser considerados na gestão, a relação das áreas protegidas com seu entorno, a diversidade de elementos de interesse, a percepção da sociedade sobre os elementos naturais, as prioridades de conservação, os conhecimentos tradicionais, as relações entre áreas protegidas e pesquisa, conhecimento e educação e áreas urbanas, os potenciais e riscos econômicos e culturais do turismo são frentes muito importantes na necessidade da boa gestão e da boa governança de cada unidade de conservação e dos sistemas de áreas protegidas e conservadas.

O magnífico livro preparado por Ladwig e Menegasso traz elementos fundamentais, tanto de entendimento da realidade que temos, estudando sua história, a percepção da sociedade, como projeção de necessidades, diretrizes e possibilidades futuras.

Boa leitura! Bom proveito! Boas ações!

Cláudio C. Maretti¹

¹ Pesquisador, pós-doutorando sobre conservação colaborativa e áreas protegidas, na Geografia da USP, consultor e voluntário. Ex-dirigente de sistemas de áreas protegidas, coordenador do congresso latino-americano de 2019 (III CapLac), membro do Comitê de Especialistas da Lista Verde de Áreas Protegidas e Conservadas para o Brasil e da Comissão Mundial de Áreas Protegidas da UICN.

APRESENTAÇÃO

O livro que apresentamos à comunidade acadêmica é resultante do XII Seminário de Pesquisa em Planejamento e Gestão Territorial (SPPGT), que ocorreu em 2021, de forma remota, em função da pandemia COVID-19. O evento é organizado anualmente pelo Laboratório de Planejamento e Gestão Territorial (LabPGT) e pelo Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz (LAPIS).

A edição de 2021 teve como temática Paisagem e Território, termos que são normalmente aceitos como um caminho na promoção do desenvolvimento sustentável em diferentes escalas de planejamento, do local ao regional.

O XII SPPGT foi organizado em formato de Grupos de Trabalhos (GTs), sendo que os GTs de Paisagem e Território em Áreas Protegidas e Paisagem e Território no Turismo, promoveram discussões considerando, áreas protegidas como um conjunto mais amplo de espaços geográficos protegidos que abrangem as unidades de conservação, área de preservação permanentes, reservas legais, territórios indígenas e quilombolas e os Geoparques Mundiais da Unesco, suas relações com o turismo, uma vez que a paisagem assume papel central na atração de turistas, sendo importante no planejamento e na gestão territorial.

A socialização dos resultados do Seminário é peça fundamental na construção de uma ponte entre as universidades, os pesquisadores e a comunidade. O evento continua mantendo a proposta inicial desde a primeira edição do SPPGT, em 2010, que sempre foi a de trabalhar interdisciplinarmente, buscando sua consolidação e o reconhecimento nacional, e recebendo participantes, apresentadores e palestrantes de diversas áreas científicas e regiões do País. Fruto disso, foi o apoio da Capes e da Fapesc, juntamente com outros apoiadores, mostrando um caminho de excelência em pesquisa. O livro está dividido em 14 capítulos, o capítulo de abertura traz a evolução conceitual dos parques nacionais brasileiros.

O livro segue abordando os conflitos socioambientais em áreas protegidas, a evolução conceitual na legislação das zonas de amortecimento, as ameaças ao geopatrimônio decorrentes do uso inadequado de geoparques, impactos socioeconômicos gerados pelo turismo no entorno de parques, a necessidade de políticas públicas voltadas para o turismo, a importância do mapeamento das paisagens turísticas e a da educação turística.

Nosso singelo agradecimento a todos e todas que estão desde o início nessa empreitada, bem como àqueles que vêm se incorporando ao nosso projeto de debate e divulgação científica. Vale destacar também a grata participação da Capes e da Fapesc, o fomento disponibilizado por ambas foi importante para a qualificação do evento. Nossos cordiais agradecimentos aos apoiadores institucionais, às empresas, às pessoas e às

entidades, pois, destes dependemos para a correta harmonia entre o planejamento e a execução do seminário e desta publicação.

Uma boa leitura e até a próxima publicação!

Nilzo Ivo Ladwig
Juliana Debiasi Menegasso

SUMÁRIO

PARTE I - PAISAGEM E TERRITÓRIO EM ÁREAS PROTEGIDAS

CAPÍTULO 1..... 1

EVOLUÇÃO CONCEITUAL DOS PARQUES NACIONAIS BRASILEIROS

Flávia Alves Moreira

Carolina Ribeiro Gomes

Wanderley Jorge Silveira Júnior

Geraldo Majela Moraes Salvio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213071>

CAPÍTULO 2..... 20

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM ÁREAS PROTEGIDAS: O ESTUDO DE CASO DE QUATRO PARQUES NACIONAIS EM MINAS GERAIS-BRASIL


Flávia de Araújo Neri

Wanderley Jorge da Silveira Junior

Cléber Rodrigo de Souza

Alessandra Rezende Pereira

Natália Oliveira Dias

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213072>


CAPÍTULO 3..... 35

ZONA DE AMORTECIMENTO EM ÁREA NATURAL PROTEGIDA: EVOLUÇÃO CONCEITUAL NA LEGISLAÇÃO DE MINAS GERAIS E DO BRASIL

Sther do Carmo Haramoto

José Emilio Zanzirolani de Oliveira

Geraldo Majela Moraes Salvio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213073>


CAPÍTULO 4..... 49

AMEAÇAS AO GEOPATRIMÔNIO DO GEOPARQUE CAMINHOS DOS CÂNIOS DO SUL (RS/SC)

Marina Tamaki de Oliveira Sugiyama

Maria Carolina Villaça Gomes

Jairo Valdati


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213074>

CAPÍTULO 5..... 68

A SUBJETIVAÇÃO E O ESAZIAMENTO DE SIGNIFICADO DOS ESPAÇOS NATURAIS NA HIPERMODERNIDADE DISTÓPICA: O PARADOXO DA FLORESTA NACIONAL DE CANELA

Demétrio Ribeiro de Andrade Neto


Márcia Santos Ramos Berreta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213075>

CAPÍTULO 6..... 87

ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NO MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA, SANTA CATARINA, BRASIL


Nícolas Firmiano Flores
Marcelo Dutra de Farias
Fátima Elizabeti Marcomin
Rodrigo Rodrigues de Freitas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213076>

CAPÍTULO 7..... 105

CONHECIMENTO TRADICIONAL DE RAIZEIROS E USO DE PLANTAS MEDICINAIS NO ENTORNO DE ÁREAS PROTEGIDAS: UM ESTUDO DE CASO DA SERRA DE SÃO JOSÉ, MINAS GERAIS

Geovana Fernanda Joana
Wanderley Jorge da Silveira Junior
Thallita Mayra Soares Fernandes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213077>

CAPÍTULO 8..... 121

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A IMPLEMENTAÇÃO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO CUIÁ NA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB


Felipe Salles Pinto
Gabriel Souza de Lira
Henrique Elias Pessoa Gutierrez
Joel Silva dos Santos
Lucas Gabriel Feitosa Dantas
Virginia Maria Magliano de Moraes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213078>

CAPÍTULO 9..... 131

A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA URBANA E AMBIENTAL EM CAMPINAS, SÃO PAULO: DESAFIOS E POTENCIALIDADES

Ricardo Silveira Orlando


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213079>





PARTE II - PAISAGEM E TERRITÓRIO NO TURISMO

CAPÍTULO 10..... 147

IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS GERADOS PELO TURISMO: UM ESTUDO DE CASO NO ENTORNO DO PARQUE DE IBITIPOCA

Monah Rhemann Baeta
Thallita Mayra Soares Fernandes
Flávia Alves Moreira
Geraldo Majela Moraes Salvio
Wanderley Jorge da Silveira Junior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.13522130710>

CAPÍTULO 11	162
POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO: AS ESFERAS FEDERAL, ESTADUAL E O MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA-SC	
Egar Preis Junior	
João Henrique Zanelatto	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.13522130711	
CAPÍTULO 12	177
CICLOTURISMO E PAISAGEM A PARTIR DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA (SANTA CATARINA, BRASIL)	
Karina Martins da Cruz	
Caroline da Graça Jacques Paulino	
Dimas de Oliveira Estevam	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.13522130712	
CAPÍTULO 13	190
MAPEAMENTO DAS PAISAGENS COM POTENCIAL TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE CATALÃO – GOIÁS - BRASIL	
Alfredo Arantes Guimarães Silveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.13522130713	
CAPÍTULO 14	206
EDUCAÇÃO TURÍSTICA: A PAISAGEM NO SABER-FAZER TURÍSTICO	
Alison Sapienza de Oliveira Valadão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.13522130714	
SOBRE OS ORGANIZADORES	218

POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO: AS ESFERAS FEDERAL, ESTADUAL E O MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA-SC

Data de aceite: 02/05/2022

Egar Preis Junior

Universidade do Extremo Sul Catarinense -
Mestrando no Programa de Pós Graduação
em Desenvolvimento Socioeconômico PPGDS/
UNESC

João Henrique Zanelatto

Universidade do Extremo Sul Catarinense
- Coordenador e professor no Programa
de Pós Graduação em Desenvolvimento
Socioeconômico PPGDS/UNESC

RESUMO: Esta produção é uma das partes constituintes de uma pesquisa mais ampla, que está sendo realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico – PPGDS/UNESC. Tendo como o foco da dissertação o turismo étnico cultural no município de Nova Veneza - SC, o presente artigo objetivou analisar as políticas neoliberais de descentralização da administração do turismo no Brasil à sua aplicabilidade no município em questão. Para isso, em um primeiro momento, é revisado o movimento de descentralização administrativa no aparelho do Estado - na década de 1990 –, sendo este analisado a partir do aparecimento de programas como o PNMT (Programa Nacional de Municipalização do Turismo) e posteriormente, o PRT (Programa de Regionalização do Turismo), em suas reverberações nas esferas municipais e regionais. Neste ponto, o aporte teórico em Milton Santos (1994), é utilizado como instrumento

de análise para identificar de que forma tais políticas incorporam o conceito de “território” em suas ações em prol do desenvolvimento turístico de um ponto de vista territorial, assim como David Harvey (2008) e Carlos Brandão (1990) corroboram com suas análises sobre os desenvolvimentos geográficos em meio a políticas de cunho neoliberal. Em seguida, são levantadas as influências e conseqüências de tais programas em Nova Veneza – SC, para o qual, são exploradas as leis municipais e estaduais, além de produções científicas já elaboradas sobre a temática do turismo no município. Por fim, busca-se estabelecer o nível de regionalização alcançado pela atividade junto da IGR (Instância de Governança Regional), Encantos do Sul da qual o município faz parte. Foi possível perceber que até 2020, o município de Nova Veneza, assim como, os demais pertencentes desta regional, ainda se encontram desconectados uns dos outros, não apresentando um planejamento claro a longo prazo, com iniciativas pontuais lideradas pelo empresariado envolvido com o turismo e os agentes públicos em escala municipal.

PALAVRAS-CHAVE: Neoliberalismo; Território; Descentralização; Turismo.

INTRODUÇÃO

O presente artigo em seu primeiro subtítulo, busca realizar uma discussão sobre a inserção do ideário neoliberal no Brasil e as suas influências em relação às políticas governamentais direcionadas ao setor turístico no país. Em meio a descentralização

administrativa no aparelho do Estado - a partir da década de 1990 - este estudo tem como foco, identificar o aparecimento de programas como o PNMT (Programa Nacional de Municipalização do Turismo) e principalmente, o PRT (Programa de Regionalização do Turismo) assinalando, as suas iniciativas para futura análise na esfera local, do qual contempla os programas. Para isso, o aporte teórico em Milton Santos, é utilizado como instrumento de análise para identificar de que forma tais políticas incorporam o conceito de “território” em suas ações em prol do desenvolvimento turístico municipal e regional.

Em seguida, serão levantadas as reverberações do PRT, no município de Nova Veneza - SC, que como será explicitado desde o PNMT, tem buscado se alinhar às políticas do turismo, para atingir o desenvolvimento do setor. Para isso, serão analisadas leis municipais e estaduais, além de produções científicas já elaboradas sobre a temática do turismo no município. Por fim, estabelecendo qual o nível de regionalização da atividade foi alcançado pela IGR (Instância de Governança Regional), da qual o município faz parte, chamada Encantos do Sul, de acordo com as orientações do Ministério do Turismo.

O NEOLIBERALISMO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO

A partir da década de 1970, em todo o mundo pôde-se observar a ascensão de políticas neoliberais, que vieram como uma forma de superar as antigas estruturas de governos de cunho social, para a consagração do mercado enquanto protagonista nos ditames da agenda política. Por definição, de acordo com David Harvey:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a estas práticas; o Estado tem que garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. (HARVEY, 2008, p. 12).

Partindo deste discurso, em meio aos últimos anos do século XX, o neoliberalismo foi se construindo como uma forma de superação do *Welfare State* (Estado de bem estar social), modelo de gestão que fora adotado principalmente nos países desenvolvidos a partir dos anos 1930, com grande inspiração do pensamento keynesiano. Enquanto o *Welfare State*, como aponta José Luís Fiori, fora pautado na busca da estabilidade social, por meio do pleno emprego, e da redistribuição de renda (FIORI, 1997, p. 133 - 134), o neoliberalismo, se consolida por meio de ideias como a capacidade universal dos sujeitos de construir condições para o exercício pleno de sua reprodução social, cultural, política e econômica.

Em sua obra, intitulada “Neoliberalismo, história e implicações”, Harvey apresenta que as nações que lideraram a chamada “virada neoliberal”, foram os Estados Unidos

e a Inglaterra, tendo como objetivo principal, consagrar um projeto teórico utópico que visou reorganizar o capitalismo internacional, para a restauração do poder das elites, partindo do restabelecimento da acumulação de capital nas mãos de uma porção mínima da população mundial (HARVEY, 2008, p. 27). Tal estratégia revelou-se ao longo do tempo como insuficiente, quando não, predatória em países menos desenvolvidos, como é o caso dos latino-americanos. Desta forma, o neoliberalismo veio apenas ampliar os “Desenvolvimentos Geográficos Desiguais” (HARVEY, 2008), que reforçam a hegemonia dos grandes centros do mercado financeiro global, ficando a carga de ônus do processo aos países periféricos, onde esta política econômica apresentou-se como:

[...] um novo imperialismo: pilhagem da economia, incremento de vastas desigualdades, estagnação econômica seguida de uma profunda e duradoura depressão e monumental empobrecimento da população em consequência da maior concentração de riqueza da história [...] do país. (VELTMEYER; PETRAS, 2003, p. 86, apud. HARVEY, 2008, p. 116).

Diante disso, como aponta Carlos Brandão, “o Brasil resistiu, bem ou mal, ao rentismo e ao neoliberalismo nos anos 1980, mas capitulou nos anos 1990” (BRANDÃO, 2012, p.17). Neste cenário, da virada neoliberal brasileira, o autor comenta:

O fato é que, num contexto mundial marcado por transformações importantes, o país optou por uma inserção nos mercados mundializados e crescentemente comandados pela financeirização da riqueza, com reformas profundas na ação do Estado. O Brasil acabou tendo uma resposta mais marcada pela passividade do que por políticas ativas, o que causou impactos, também na questão territorial. Um país continental e heterogêneo como o Brasil não pode ser entregue apenas às decisões ditadas por regras de mercado, e muito menos entrar “de cabeça” no rentismo. (BRANDÃO, 2012, p.18).

Aprofundando um pouco sobre o contexto brasileiro, Filgueiras (2006) corrobora com os motivos que levaram à inserção tardia do neoliberalismo no Brasil. Segundo o autor, o país foi o último na América Latina a ceder a entrada dos mercados globais e a financeirização por conta de dois aspectos específicos do cenário nacional: à dificuldade em alinhar os diferentes interesses da heterogênea cadeia produtiva brasileira, que se encontrava atrelada a um modelo de substituição de importações, e a crescente organização sindical com um proletariado ativo e participativo das decisões políticas, em organizações como a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e o PT (Partido dos Trabalhadores) (FILGUEIRAS, 2006, p. 180 - 181).

Mesmo em certa medida “atrasada”, a virada neoliberal no Brasil, passa a ocorrer paulatinamente a partir da década de 1990, tal acontecimento pode ser notado pela descentralização das tomadas de decisões na administração pública do país. Nesta conjuntura, o Brasil passa por uma grande ruptura em relação a sua própria organização territorial, como aponta o geógrafo brasileiro Milton Santos, em meio a entrada de políticas neoliberais no país:

Hoje, uma organização precede e preside à estruturação do trabalho, a partir do nível mundial, ditando as formas de vida das sociedades as mais diversas, e pretendendo mesmo impor as modalidades com as quais os diversos povos realizam o seu estatuto nacional. As formas de intervenção atual dos grandes organismos internacionais na vida íntima de cada país são um exemplo. Esse ditame organizacional, externo a cada nação, e que impõe, dentro de cada país, novas formas de convivência, termina por definir, redimensionar e reorganizar tudo, até mesmo o espaço. (SANTOS, 1994, p. 49).

Percebe-se na fala do autor, que tais transformações na política econômica, atingem todos os níveis da sociedade, e não simplesmente, na mudança de gestão pública. Com as transformações advindas deste sistema econômico e que se espalha por meio da sua entrada massiva nas políticas do Estado, os territórios passam por uma reorganização para a sua adequação, tendo em vista a entrada no mercado global.

No Brasil, talvez um dos setores da economia em que mais se pôde observar a descentralização administrativa em meio a virada para um modelo neoliberal de política econômica, foi o Turismo. Isso pode ser percebido, ao se analisar já na década de 1990, em meio a um salto significativo de representação da atividade turística na agenda pública, um alinhamento aos interesses neoliberais de descentralização administrativa. Como aponta Marta Arretche, as medidas descentralizadoras que ganham força neste contexto, surgem em um momento em que a descrença nas instituições, se transformam em um consenso de que:

[...] por definição, formas descentralizadas de prestação de serviços públicos seriam mais democráticas e que, além disto, fortaleceriam e consolidariam a democracia. Igualmente tal consenso supunha que formas descentralizadas de prestação de serviços públicos seriam mais eficientes e que, portanto, elevariam os níveis reais de bem-estar da população. (ARRETCHE, 1996, p. 1).

Partindo deste suposto, presumiu-se naquele momento, que o recorte municipal seria o mais eficiente para a evocação de desenvolvimentos locais por meio do turismo. Desta forma, foi criado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo, que repercutiu de 1994 - 2001. Tal programa buscou a capacitação dos agentes municipais, públicos e privados, que se interessassem na concretização de projetos turísticos em seus territórios. Pautava-se o PNMT, em cinco pilares: “descentralização, sustentabilidade, parcerias, mobilização e capacitação” (BRASIL, 2007a, p.18).

Entretanto, o próprio Governo Federal reconheceu a insuficiência territorial de um modelo Municipal da administração pública do turismo. Isso pode ser observado ao se analisar o Relato Histórico do processo de Municipalização do Turismo (2007), documento elaborado pelo Mtur (Ministério do Turismo), em que ficam explicitadas as limitações deste recorte de governança administrativa:

Pode-se dizer que um fato que limitou um avanço mais expressivo e uma

exploração mais adequada do potencial turístico de inúmeras localidades foi que o turismo para ser uma atividade efetivamente transformadora dos padrões de desenvolvimento, ela deve ser abrangente. Ou seja, para ser bem sucedida, a atividade turística não deve se restringir a um município, portanto não pode ser pontual. Em geral, os destinos turísticos de sucesso abrangem uma região, ou um roteiro turístico que engloba, de forma complementar, atrativos, serviços e segmentos turísticos de distintas localidades.. (BRASIL, 2007a, p. 21).

A Municipalização tinha como objetivo entregar a administração das atividades turísticas a um recorte limitado, principalmente se for levado em conta a capacidade de absorção de turistas em municípios menores do território nacional, onde a infraestrutura aparece como um entrave no desenvolvimento socioeconômico do setor. Corroborando com isso, Agnaldo Fratucci pontua:

Tal decisão revelou-se, no decorrer do processo, equivocada na medida em que o turismo, tanto do ponto de vista do fenômeno socioespacial quanto da atividade econômica, não se restringe às fronteiras municipais. São poucos os municípios brasileiros com capacidade e autonomia de implantação de um processo de desenvolvimento turístico eminentemente local, desarticulado do seu entorno. (FRATUCCI, 2008, p. 167).

Como estratégia adotada para a superação das desigualdades estruturais, e as problemáticas constatadas com a experiência do PNMT, sobre os próprios limites territoriais entre os municípios brasileiros, a partir de 2003, pela primeira vez o Governo Federal, sob a administração do então presidente Luiz Inácio da Silva, cria uma pasta específica em seu governo para o setor turístico, o Mtur (Ministério do turismo), segundo a lei nº 10.683 (BRASIL, 2003a). Sem dúvidas esse momento representa o ápice da representatividade das discussões institucionais sobre o turismo no Brasil, seguindo o tom de descentralização do setor, no entanto, agora focado no processo de regionalização das atividades.

No documento que estabelece diretrizes, metas, e programas, a serem seguidos pelo Plano Nacional de Turismo (2003 - 2007), fica explicitado o tom das Políticas Públicas a partir de então, onde os recortes territoriais escolhidos para a organização das atividades turísticas, agora buscam abarcar o apelo regional da atividade:

O Plano Nacional foi concebido de forma coletiva, com uma ampla consulta às mais diversas regiões brasileiras e a todos os setores representativos do turismo e constituiu-se em um processo dinâmico de construção permanente. Traduz uma concepção de desenvolvimento que, além do crescimento, busca a desconcentração de renda por meio da regionalização, interiorização e segmentação da atividade turística. (BRASIL, 2003b, p. 7).

Diante disso, nota-se uma atenção especial no que diz respeito a busca pela ampliação dos espaços que seriam contemplados pelo plano, apontando para a interiorização do turismo, como forma de superação das desigualdades regionais. Assim como, o desafio de “conceber um novo modelo de gestão pública, descentralizada e participativa, atingindo em última instância o município, onde efetivamente o turismo acontece” (BRASIL, 2003b,

p. 12). Para isso, o governo contava com o “entusiasmo e determinação” na aliança entre o setor público e privado para o alcance das metas estabelecidas (BRASIL, 2003b, p. 10).

Mesmo apresentando em seu discurso a busca por uma política mais democrática e participativa, pautada na regionalização das atividades, a questão territorial não é apresentada como parte relevante do plano, sendo o recorte regional, apenas uma tábua rasa para inserção de uma modelo economicista de desenvolvimento do turismo. Tal intenção, pode ser notada ao analisarmos as principais metas para o turismo entre os anos de 2003 à 2007: aumentar o número de turistas estrangeiros; ampliar as ofertas turísticas dos estados; potencializar os voos domésticos em território nacional; gerar 8 bilhões de dólares em divisas (BRASIL, 2003b, p. 23). Aqui ressalta-se a atenção em relação ao aumento dos voos domésticos, favorecendo as empresas aéreas, mas especialmente, à ampliação do consumo internacional do turismo brasileiro, que esboça o turismo enquanto um mero produto a ser comercializado.

Neste sentido, como apontam Sansolo e Cruz (2003), o plano em questão, estabelecia a organização das relações regionais a partir de Roteiros Integrados, entretanto, negligenciava a construção de um planejamento territorial junto da inserção das políticas descentralizadas. Com isso, ao invés de buscar a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, com maior distribuição de renda e equilíbrio territorial, o plano focalizava suas ações nos agentes do mercado, assim como, nas pequenas parcelas das populações receptoras, em geral os empresários das regiões contempladas por essa política institucional (SANSOLO; CRUZ, 2003).

Neste sentido, a utilização do termo território é apropriado pelo Governo como uma forma de legitimar um discurso de descentralização das Políticas Públicas do turismo, em que o pensamento estaria alinhado a uma “Endogenia exagerada”, como aponta Brandão:

Essa “endogenia exagerada” das localidades crê piamente na capacidade das vontades e iniciativas dos atores de uma comunidade empreendedora e solidária, que tem controle sobre o seu destino e procura promover sua governança virtuosa lugareira. Classes sociais, oligopólios, hegemonia e etc., seriam componentes, forças e características de um passado totalmente superado, ou a ser superado. (BRANDÃO, 2012, p. 38).

Desta forma, ignoram-se as especificidades identitárias, sociais e políticas destes territórios, suas tensões e disputas, contraditoriamente dando a entender que as regiões seriam homogêneas em toda a extensão do território nacional, quando não, dando a estes espaços imaginários uma carga de inexistência (SANTOS, 1994).

Buscando aprofundar os debates sobre a regionalização das atividades turísticas e criar uma estrutura de governança, no ano de 2004, é criado pelo Ministério do Turismo, o macro programa PRT - Programa de Regionalização do Turismo, que dispõe as políticas operacionais para o desenvolvimento turístico brasileiro, com ênfase na importância do fortalecimento das relações regionais. Na apresentação do programa, a então Ministra do

Turismo Marta Suplicy, destaca:

Regionalizar não é apenas o ato de agrupar municípios com relativa proximidade e similaridades. É construir um ambiente democrático, harmônico e participativo entre poder público, iniciativa privada, terceiro setor e comunidade. É promover a integração e cooperação intersetorial, com vistas à sinergia na atuação conjunta entre todos os envolvidos direta e indiretamente na atividade turística de uma determinada localidade. (BRASIL, 2007b, p. 10).

O PRT, reforça a territorialidade como conceito elementar na elaboração de políticas públicas descentralizadas, assim como, aponta para a continuidade/evolução em relação ao PNMT. A perspectiva com que os territórios regionais são abordados no PRT, destacam a flexibilidade de limites entre regiões (BRASIL, 2007a, p. 24), desta forma apresentando os territórios regionais, pelo menos em teoria, enquanto espaços historicamente construídos e em constante transformação no espaço e tempo (SANTOS, 1979, p. 42 - 43 apud. SAQUET; SILVA, 2008).

A implementação do PRT foi articulada a partir da elaboração de treze módulos para o desenvolvimento turístico das regiões, tal iniciativa partiu do intuito de que: “cada região pode identificar o seu estágio de desenvolvimento e começar a implementar as diretrizes da regionalização do turismo” (BRASIL, 2007a, p. 11). Desta forma, os cadernos de orientação foram divididos nos seguintes temas:

I – Introdução à Regionalização do Turismo; II - Sensibilização; III - Mobilização; IV - Institucionalização da Instância de Governança Regional; V - Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional; VI - Implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional; VII - Sistema de Informações Turísticas do Programa; VIII - Roteirização Turística; IX - Promoção e Apoio à Comercialização; X - Sistema de Monitoria e Avaliação do Programa; XI - Ação Municipal para a Regionalização do Turismo; XII - Formação de Redes; XIII - Turismo e Sustentabilidade (BRASIL, 2007a, p. 11).

Os módulos do PRT, foram elaborados, com vista a desenvolver um turismo pautado na “sustentabilidade econômica, ambiental, sociocultural e político-institucional” (BRASIL, 2007b, p. 10), tais preceitos vão de encontro com as características necessárias para a inserção harmônica do Turismo segundo a perspectiva de Beni (1990), estudioso brasileiro no campo dos Sistemas de Turismo - SISTUR. Neste sentido, vale destacar a dificuldade do Governo Federal, em meio a redistribuição da governança turística, agora privilegiando a participação da iniciativa privada, visando atingir os objetivos traçados.

Com isso, percebe-se uma grande dificuldade encontrada pelos governos de estabelecerem políticas públicas sustentáveis para o turismo, dada a amplitude de agentes e esferas que são interpeladas pelas tomadas de decisão, como aponta Sansolo:

Os objetivos das políticas públicas de turismo muitas vezes são superestimados, trazendo uma responsabilidade que supera as possibilidades reais de serem alcançados, como a melhoria das contas internacionais, a diminuição da

pobreza, a geração de empregos, a proteção do meio ambiente e o equilíbrio entre as regiões. Encontram-se nas políticas sugestões para a adoção de formas inovadoras o que não se faz com outros setores econômicos que possuem maior tradição no Brasil, como a agricultura, a indústria e o comércio, sem falar no setor financeiro. (SANSOLO, 2013, p.117).

Com isso, o Turismo enquanto apresentar-se como uma atividade, quando não, estritamente vinculada ao crescimento econômico desregulado, e entregue aos setores privados da sociedade, dirigido por planejamentos desalinhados ao restante das cadeias produtivas, representando uma ilha de utopismo, escondida na ingenuidade de que os setores privados busquem atender ao anseio das populações locais. Neste sentido, muitas vezes os debates sobre o seu desenvolvimento acabam ficando apenas na escala teórica, e discursiva, desta forma não evoluindo para a real concretização dos objetivos propostos pelas políticas públicas, consagrando apenas o seu fim comercial, desumanizado.

O PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO E O TURISMO EM NOVA VENEZA - SC

Enquanto no seu antecessor, o PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo, a instância mais importante para a aplicabilidade das políticas públicas do turismo seria o Conselho Municipal de Turismo (BRASIL, 2007), sendo este respaldado estadualmente pelo comitê especializado, que no caso de Santa Catarina, fora encabeçado pela Santa Catarina Turismo S/A (Santur) e a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esportes (SOL) na organização do PRT, um novo órgão aparece na estruturação do setor turístico, as IGRs - Instâncias de Governança Regional.

De acordo com o Ministério do Turismo: “A Instância de Governança Regional é uma organização com participação do poder público e dos atores privados dos municípios componentes das regiões turísticas, com o papel de coordenar o Programa em âmbito regional” (BRASIL, 2007c, p. 17). Com isso, percebe-se que este movimento de descentralização, e reorganização, na estruturação do turismo é acompanhado pela constante distribuição de poderes entre o setor público e os agentes do mercado do setor privado. Desta forma, é possível constatar que a participação da população receptora no processo de inserção de tais políticas do turismo se apresenta inexistente, pois privilegiam-se exclusivamente os interesses de empreendedores do setor. O restante da população, como um todo, participaria de uma forma passiva, enquanto mão de obra a ser qualificada para o desenvolvimento da atividade turística (SANSOLO, 2013).

Em Nova Venezia, município situado no sul do Estado de Santa Catarina, e que vêm se destacando, desde o início do século XXI, enquanto território com potencial desenvolvimento do turismo cultural, pautado na italianidade de sua população, as primeiras políticas relacionadas ao setor aparecem no contexto em que o PNMT estava em ação. Isso pode ser percebido, quando em 15 de junho de 1998, o então prefeito Edio Minato, cria o primeiro Conselho Municipal de Turismo - COMTUR. Este conselho era composto por

diversos agentes do empresariado local, além de lideranças vinculadas à cultura italiana, religião e sindicatos. Entre os principais objetivos deste conselho, estavam estabelecidos, respectivamente, em seu artigo 3, incisos 3 e 4, a criação de um Fundo Municipal do Turismo e a elaboração de um Plano Municipal do Turismo (NOVA VENEZA, 1998).

Àquela altura, a elaboração de um Conselho Municipal e um Fundo para o turismo, eram pré-requisitos na busca pela municipalização da atividade turística proposta pelo PNMT (BRASIL, 2007). Entretanto, segundo pontuou Patrícia Mazon Freitas, uma das consultoras de turismo do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), órgão de grande importância na promoção das políticas de municipalização do turismo em sua implementação, das cidades do sul do estado, apenas Gravatal aderiu a um Fundo Municipal do Turismo:

Os outros municípios ficaram com conselho, ficaram com plano, mas a cada gestão tudo mudava e a cada passo que se avança, se volta a dois, porque a questão política entrava demais, né? Nem um gestor público de uma gestão valoriza o que foi feita na gestão anterior, mesmo sendo do mesmo partido. (FREITAS, 2018, Apud VIRTUOSO, 2019, p. 242-243)

Tal fala, é de grande importância para compreendermos os problemas estruturais que são encontrados na execução de políticas descentralizadas em um país de espaços territoriais tão heterogêneos como o Brasil, onde a arena das disputas locais, é carregada de tensões entre os diferentes agentes sociais e políticos, em busca da consagração de seus interesses próprios, como mesmo foi suscitado na passagem de Patrícia Freitas.

Sobre a criação de um Plano Municipal de Turismo em Nova Veneza, em entrevista realizada por Cristian Emanuel Frederico Serafim, quando perguntado para um dos representantes do Poder Público Municipal, sobre a existência de um Plano para o turismo no município, lhe foi informado:

Nós temos um plano para o desenvolvimento turismo assim como eu lhe disse, de forma empírica, nós vamos criar o conselho municipal de turismo de políticas de turismo, então junto com esses conselheiros nós vamos construir o planejamento turístico da cidade, pois eu tenho o nosso de forma que vemos que existe a necessidade, porém eu gostaria de ver a necessidade de todo o setor que envolve esse turismo, então vamos construir junto com eles esse plano (SERAFIM, 2017, p. 30).

Portanto, percebe-se que já em 2017, o município ainda não havia articulado a elaboração de um plano para a inserção do turismo em âmbito local de forma ordenada, embora a cidade já estivesse a mais de uma década explorando as potencialidades deste setor.

Em certa medida, esse fato corrobora para a dificuldade na construção de uma regionalização da atividade turística entre os municípios que compõe a AMREC - Associação dos Municípios da Região Carbonífera, sendo que, pelo menos em Nova Veneza, o município ainda não conseguiu superar a sua estruturação em esfera local, com

ações tomadas de maneira “empírica”, como aponta o termo recolhido pela entrevista de Serafim (2017), e pontual, abrindo uma grande margem para equívocos estruturais.

Isso expõe a falta de planejamento das políticas do turismo presente na estruturação descentralizada assumida para o setor desde os anos 1990. Neste ponto, Ivane Fávero aponta que a falta de um projeto a longo prazo não viabiliza a aplicação sustentável do turismo, pois:

[...] a implementação (ou crescimento) do Turismo não pode se dar de forma espontânea, isolada ou empírica. Há que se planejar o desenvolvimento desse fenômeno, que envolve grande número de pessoas, mesmo que elas não o desejem ou não esperem se envolver diretamente com ele (FÁVERO, 2005, p. 2).

Com isso, as políticas municipais, servem para atender apenas às demandas comerciais da atividade, mobilizando-se majoritariamente em datas comemorativas, pois no mesmo trabalho de Serafim (2017), ao questionar sobre o planejamento da atividade para uma representante da associação do turismo local, o autor foi informado que embora não houvesse um plano, as datas comemorativas como páscoa, o dia das crianças e o natal, representavam o principal repertório de ações políticas.

No mesmo sentido, ao questionar uma representante da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo do Município sobre quais seriam as ações mais eficientes para o fortalecimento do turismo local, a resposta foi: “Atendimento, qualidade naquilo que tu oferece, pois o turista é muito exigente. Nós preparamos a cidade para receber o turista, essas são as ações que dão maior resultado” (SERAFIM, 2017, p. 30). Neste sentido, percebe-se que o poder público trabalha como um facilitador na venda do “produto turístico”, sem a responsabilidade de desenvolver o turismo como um fenômeno capaz de gerar melhorias na qualidade de vida da população, ou do equilíbrio territorial.

Portanto, apenas quando nos distanciamos de um ponto de vista meramente economicista, percebe-se a grande cadeia que representa o fenômeno turístico, que atinge especificidades muito maiores do que a simples relação de mercado, como a oferta e a procura, de bens e serviços. Por definição, Margarita Barretto aponta que “basta dizer simplesmente que o turismo é um fenômeno social que atualmente abrange o mundo inteiro, do ponto de vista geográfico, e todos os grupos e camadas sociais.” (BARRETO, 2007, posição 39). Em relação ao economicismo reproduzido na aplicabilidade do turismo, no qual utiliza-se a ideia de uma “Indústria do Turismo”, calcando-se nas relações comerciais, Barretto é ainda mais enfática, ao apontar que “Turismo é movimento de pessoas, é um fenômeno que envolve, antes de mais nada, gente. É um ramo das ciências sociais e não das ciências econômicas, e transcende a esfera das meras relações da balança comercial”. (BARRETO, 2007, posição 04)

Em Santa Catarina como apontaram Icaro Coriolano Honorio e Isa de Oliveira Rocha, a lei que dispõe sobre as Diretrizes do Turismo é a nº 13.792, de 16 de julho de 2006, que

foi regulamentada pelo Decreto nº 2.080, em 03 de fevereiro de 2009, nesta legislação encontra-se o PDIL - Plano Estadual de Cultura e Turismo (HONÓRIO; ROCHA, 2020). Neste documento, fica estabelecido em seu parágrafo 4, o Programa de Desenvolvimento do Turismo, em que o Estado se compromete em auxiliar o processo de descentralização da atividade turística, se responsabilizando pelo fomento dos atrativos regionais, além da busca por recursos federais para o setor (SANTA CATARINA, 2009).

Seguindo esse movimento de alinhar-se com o macro programa PRT do governo Federal, em 2008, são criadas as Instâncias de Governança Regionais do Turismo em Santa Catarina, tendo cada uma, cadeira cativa no Conselho Estadual de Turismo, de acordo com a lei nº 14.367, de 25 de janeiro de 2008. As regiões turísticas, segundo o PRT o Glossário do Caderno “Institucionalização da Instância de Governança Regional” do ministério do turismo, são definidas como:

Região turística – É o espaço geográfico que apresenta características e potencialidades similares e complementares, capazes de serem articuladas e que definem um território, delimitado para fins de planejamento e gestão. Assim, a integração de municípios de um ou mais estados, ou de um ou mais países, pode constituir uma região turística (BRASIL, 2007c, p. 57).

Partindo disso, o Turismo em Santa Catarina, passou a ser dividido em dez regiões turísticas a partir de 2008, chegando em 2019, a contar com um total de 13 no mapa do turismo estadual. Sendo elas: Caminho dos Cânions, Encantos do Sul, Grande Florianópolis, Serra Catarinense, Costa Verde, Vale Europeu, Caminho do Alto Vale, Caminho dos Príncipes, Caminhos do Contestado, Vale dos Imigrantes, Grande Oeste, Vale das Águas, Caminhos da Fronteira.

O município de Nova Veneza é contemplado pela região Encantos do Sul, que além deste, de acordo com o “Plano de Desenvolvimento Regional de Turismo do Estado de Santa Catarina: Região Turística Encantos do Sul”, é composto pelos seguintes Municípios: Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Garopaba, Grão-Pará, Gravatal, Içara, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Orleans, Paulo Lopes, Pedras Grandes, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, São Ludgero, São Martinho, Siderópolis, Treviso, Treze de Maio, Tubarão, Urussanga (SANTA CATARINA, 2010). Como percebe-se, o recorte regional, neste caso, é bastante diversificado, contemplando desde municípios litorâneos como Laguna, até Lauro Müller, Município localizado nas encostas da serra geral.

Entre os objetivos do plano, o que mais se destaca diante do contexto em que se insere a regionalização, é estabelecer a integração entre os planejamentos e ações locais em toda a região, criando canais de comunicação para evitar desencontros entre os objetivos dos municípios pertencentes à regional Encantos do Sul (SANTA CATARINA, 2010). Um outro objetivo desta IGR, que aparece constantemente nos discursos de agentes públicos e privados de Nova Veneza, que trabalham com o turismo, é a participação ativa

desta organização, na promoção dos produtos turísticos regionais, assim como a realização de reuniões entre representantes dos municípios constituintes da Encantos do Sul nos municípios contemplados (SERAFIM, 2017).

Vale ressaltar, que tendo em vista o “Plano de Desenvolvimento Regional de Turismo do Estado de Santa Catarina: Região Turística Encantos do Sul (2010/2020)”, o interesse principal seria a institucionalização das instâncias de governança, por tanto o Estado estaria no terceiro módulo, de um total de treze, que compõem a escala de desenvolvimento estruturado do turismo, segundo o PRT (SANTA CATARINA, 2010). Sendo que na esfera municipal, existe uma articulação constante para o crescimento econômico por meio do turismo, com organizações do setor privado que pressionam constantemente o poder público municipal, visando ter os seus interesses contemplados pelas políticas locais. Neste contexto, podem ser citadas organizações como a ANET (Associação Neoveneziana de Turismo), composta por empreendedores do setor, assim como, o COMTUR (Conselho Municipal de Turismo), sendo este último, um: “órgão de caráter normativo, consultivo e deliberativo, de assessoramento e fiscalizador, destinado a orientar, promover e garantir o aprimoramento das diretrizes e objetivos do desenvolvimento do turismo no Município” (NOVA VENEZA, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um cenário onde a agenda neoliberal ganha cada vez mais força a partir da década de 1991 no Brasil, o que se percebe é que as políticas públicas em prol do desenvolvimento do turismo, tanto em escala nacional, a partir do PNMT e do PRT, quanto em escala municipal, tendo como objeto de análise Nova Veneza - SC, têm tomado o rumo da descentralização, o que encaminha para o fortalecimento dos interesses de agentes privados. Em meio a isso, embora tenha se esboçado um processo de regionalização deste setor, este encontra-se ainda em um estágio prematuro, com os municípios buscando se consolidar internamente, ainda sob um forte apelo do turismo enquanto uma “indústria”.

Desta forma, a questão territorial tem sido utilizada apenas como um argumento para humanizar relações comerciais. As ações destes grupos que operam o turismo, têm sido destinadas ao fortalecimento de hegemonias locais, no caso de Nova Veneza, reverberando nas relações culturais, étnicas, políticas e econômicas. Quando a técnica sobre a inserção de determinada atividade é entregue nas mãos de agentes hegemônicos, como bem salienta Milton Santos, as necessidades que serão respondidas, são aquelas dos grupos hegemônicos dentro de determinada sociedade (SANTOS, 1994, p. 50). Neste sentido, se torna dura a proposição de um desenvolvimento territorial pleno de equilíbrio entre as frações de poder existentes na heterogeneidade do tecido social.

Com isso, o crescimento no turismo, acaba não rompendo a escala econômica, deixando a desejar inúmeros avanços que poderiam ser alcançados para o município e a

região sul catarinense como um todo. Em grande medida devido a falta de planejamento a longo prazo para o turismo à nível dos municípios, assim como, em decorrência do insucesso na concretização dos discursos presentes nas diretrizes nacionais para o desenvolvimento deste setor.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta. **Mitos da Descentralização**: Mais democracia e eficiência nas políticas públicas?. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v.11 n.31 São Paulo. jun. 1996.

BARRETO, Margarita. **Cultura e Turismo**: Discussões contemporâneas. Campinas (SP): Papirus, 2007. [Ebook Kindle].

BENI, Mário Carlos. **Sistema de Turismo - SISTUR**: Estudos do Turismo face a moderna Teoria de Sistemas. Revista Turismo em Análise.; v. 1, n.1 (1990) 15-34.

BRANDÃO, C. A. **Território e Desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e global. Campinas: Editora da Unicamp, 2ªed. 2012.

BRASIL, **Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003**. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, 28 de maio de 2003a; Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/2003/L10.683impressao.htm Acesso em 20 de set. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo 2003/2007**: Diretrizes, Metas e Programas. Brasília, 2003b. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2003_2007.pdf Acesso em 20 de set. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Ação Municipal para a Regionalização do Turismo**. / Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007a. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/acao_municipal_para_a_regionalizacao_do_turismo.pdf Acesso em: 14 de mai. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil : Introdução à Regionalização do Turismo** / Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007b. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/introducao_a_regionalizacao_do_turismo.pdf Acesso em: 14 de mai. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil : Módulo Operacional 3: Institucionalização da Instância de Governança Regional** / Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007c. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/institucionalizacao_da_instancia_de_governanca_regional.pdf Acesso em: 14 de mai. 2020.

FILGUEIRAS, Luiz. **O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico.** En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. 179 - 206. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf> Acesso: 17 de out. 2020.

FIORI, José Luís. **Estado de Bem-Estar Social: Padrões e Crises.** Physis. Rev Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 7 (2), 1997. p. 129- 147. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/physis/1997.v7n2/129-147/pt> Acesso: 18 de nov. 2020.

FRATUCCI, Agnaldo César. **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais do turismo.** Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal Fluminense UFF. Niterói, 2008.

HARVEY, David. **Desenvolvimentos geográficos desiguais.** In: O Neoliberalismo, história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008, p. 97-130. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4271594/mod_resource/content/1/516_10_semin%C3%A1rio_HARVEY_o%20neoliberalismo.pdf. Acesso em: 10 de out. 2020.

HONORIO, Ícaro Coriolano; ROCHA, Isa de Oliveira. **Políticas Públicas de Turismo na Legislação Federal e do Estado de Santa Catarina.** Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v. 13, n. 2, mai-jul 2020, p. 352-364. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/9523/7723> . Acesso em: 26 de out. 2020.

NOVA VENEZA. **Lei nº 1360, de 15 de junho de 1998.** Cria o Conselho Municipal de Turismo. Nova Veneza, 15 de jun. 1998. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/n/nova-veneza/lei-ordinaria/1998/136/1360/lei-ordinaria-n-1360-1998-cria-o-conselho-municipal-de-turismo?q=CONSELHO%20MUNICIPAL%20DE%20TURISMO> Acesso: 22 de set. 2020.

NOVA VENEZA. **lei nº 2.727, de 18 de outubro de 2019.** Altera a lei municipal nº 2.692, de 10 de maio de 2019, que cria o Conselho Municipal de Turismo de Nova Veneza - COMTUR, e dá outras providências. Nova Veneza, 18 de out. 2020. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/n/nova-veneza/lei-ordinaria/2019/273/2727/lei-ordinaria-n-2727-2019-altera-a-lei-municipal-n-2692-de-10-de-maio-de-2019-que-cria-o-conselho-municipal-de-turismo-de-nova-veneza-comtur-e-da-outras-providencias?q=CONSELHO%20MUNICIPAL%20DE%20TURISMO> Acesso em: 20 de set. 2020.

SANTA CATARINA. **Lei nº 14.367, de 25 de janeiro de 2008.** Dispõe sobre o Conselho Estadual de Turismo, o Conselho Estadual de Cultura e o Conselho Estadual de Esporte e estabelece outras providências. Florianópolis, 25 de janeiro de 2008. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2008/14367_2008_Lei.html#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.367%2C%20de%2025%20de%20janeiro%20de%202008&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Conselho%20Estadual,Esporte%20e%20estabelece%20outras%20provid%C3%Aancias. Acesso em: 20 de set. 2020.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 2080, de 3 de fevereiro de 2009.** Regulamenta a Lei Nº 13.792. Estabelece Políticas, Diretrizes e Programas Para a Cultura, o Turismo e o Desporto no Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências. Florianópolis, 3 de fevereiro de 2009. Disponível em: Decreto 2080 2009 de Santa Catarina SC Acesso em: 20 de set. 2020.

SANTA CATARINA. **Plano de Desenvolvimento Regional de Turismo do Estado de Santa Catarina região Encantos do Sul.** In: Plano de Desenvolvimento Regional de Turismo do Estado de Santa Catarina. 2010/2020. (apoio: Ministério do Turismo, Funturismo, Secretaria do Estado de Desenvolvimento Regional, Santur, Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e esporte e Governo do Estado de Santa Catarina). Florianópolis, 2010.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994. <http://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/livros/tecnica-espaco-tempo-milton-santos.pdf>

SANTUR. Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina. **Mapa das Regiões**. Disponível em: <http://santur.sc.gov.br/index.php/multimedia/mapa-do-turismo>. Acesso em: 15 de out. 2020.

SANSOLO, Davis Gruber; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Plano Nacional do Turismo**: uma análise crítica, Caderno Virtual de Turismo. Vol. 3, Nº 4, 2003. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/texto-5363c74540fdc.pdf> Acesso em: 13 de nov. 2020.

SANSOLO, Davis Gruber. **Políticas e planejamento do turismo na Amazônia**. Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p.105-119, abr. 2013. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/731> Acesso em 15 de ago. 2020.

SAQUET, Marcos Aurelio. SILVA, Sueli Santos da. MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território. Geo UERJ - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. P. 24-42 Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/1389/1179> Acesso em 02 de out. 2020.

SERAFIM, Cristian Emanuel Frederico. **Desenvolvimento Integrado do Turismo em Nova Veneza: Uma avaliação das ações dos Setores Público e Privado**. Trabalho de Conclusão de Curso - TCC no Curso de Administração de Empresas. Criciúma: Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/5718/1/CRISTIAN%20EMANOEL%20FREDERICO%20SERAFIM.pdf>. Acesso em: 30 de out. 2020.

VIRTUOSO, José Carlos. **As Dinâmicas de Poder na Apropriação dos Recursos Comuns com recorte no uso da Água na Bacia do Rio Urussanga**, sob o enfoque dos Princípios de Ecodesenvolvimento. Programa de Pósgraduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Doutor em Ciências Ambientais. Criciúma, 2019. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/7072/1/Jos%c3%a9%20Carlos%20Virtuoso.pdf> Acesso em: 13 de out. 2020.





CAPES

